



Estatística e crítica social

Statistics and social critique

Alain Desrosières¹

¹École des hautes études en sciences sociales (EHESS), Paris, França.

Versão original:

DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. *Partecipazione e conflitto*, v. 7, n. 2, p. 348-359, 2014a.

Tradução recebida em 29/08/2022 e aceita em 1º/10/2022.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License



Resumo

Este artigo aborda a história dos usos da estatística como ferramenta para a crítica social. Atualmente, é muito comum encará-la como instrumentos nas mãos dos poderosos, mas há muitas ocorrências históricas em que, pelo contrário, a estatística foi utilizada em oposição à autoridade. O autor primeiramente ilustra a teoria de Ted Porter segundo a qual a quantificação pode ser um “instrumento da fraqueza”. Em seguida ele aborda o fato de que as estatísticas foram utilizadas no contexto de condições de trabalho e moradia, sendo portanto um recurso para a classe baixa da sociedade (e apresentando a teoria da estatística de Pelloutier, um ativista anarquista). Por fim, emerge a questão das condições para o sucesso dessas contraposições, discutidas nos exemplos dos novos experimentos aleatórios nas políticas públicas, e na mensuração do 1% das pessoas mais ricas.

Palavras-chave: Ativismo; Neoliberalismo; Sociologia da quantificação; Crítica Social, Estatística.

Abstract

This paper focuses on the history of the uses of statistics as a tool for socialcritique. Whereas nowadays they are very often conceived as being in the hands of the powerful, there are many historical cases when they were, on the contrary, used to oppose the authority. The author first illustrates the theory of Ted Porter according to which quantification might be a “tool of weakness”. He then addresses the fact that statistics were used in the context of labour and on living conditions, thus being a resource for the lower class of society (and presenting the theory of statistics of Pelloutier, an anarchist activist). Finally comes the question of the conditions of success of these counterpropositions, discussed on the examples of the new random experiments in public policies, and of the measure of the 1% of the richest persons

Keywords: Neoliberalism; Sociology of quantification; Social critique; Statistics.



A crítica social frequentemente se ampara em argumentos estatísticos¹. Estes tentam expressar e visibilizar exigências de igualdade e justiça. A confiança conferida a esses tipos de ferramentas argumentativas tem, no entanto, sofrido erosão, em decorrência da ascensão de projetos políticos de inspiração neoliberal. De fato, tais projetos fazem uso extensivo de “indicadores” quantitativos para controlar atores sociais, e para fazê-los competir por meio de técnicas como o “benchmarking” (Bruno, 2008). A estatística é uma ferramenta de libertação ou uma ferramenta do poder? A questão pode parecer ridícula para alguém que tenha vivido os anos de otimismo de 1950 a 1970, quando a informação fornecida por estatísticas públicas era encarada como um componente de peso para as sociedades democráticas.

Esse otimismo pode ser questionado hoje em dia, não só pelo uso da quantificação como uma prática de gerenciamento neoliberal, mas também ao levar em conta as contribuições das três últimas décadas de estudos históricos e sociológicos da quantificação. Tais estudos podem, por vezes, ter equivocadamente passado a impressão de relativizar, senão mesmo de desqualificar, os argumentos estatísticos; por exemplo, pelo grande aumento de escritos a respeito da “construção social disso e daquilo”, bem analisados por Ian Hacking (2000). Ao tornar histórica e social a produção estatística, esses estudos pareciam enfraquecer seu alcance, roubando-lhe a eficácia associada a sua imagem de objetividade e imparcialidade. Controvérsias frequentes sobre a mensuração do desemprego ou da inflação só poderiam fomentar a desconfiança a respeito do que é muito frequentemente apresentado como “números inquestionáveis”. Ainda assim, esses estudos permitiram colocar em perspectiva produções cuja discussão parecia restrita à esfera dos especialistas, em razão de sua natureza aparentemente técnica, e a criar espaços para o debate público a seu respeito. Os congressos frequentes organizados por sindicatos de estatísticos, bem como a presente edição do periódico *Partecipazione e Conflitto* a respeito do “ativismo estatístico”, são excelentes exemplos disso.

1 Estatística como “instrumento da fraqueza” nas mãos dos oprimidos

Democracia e estatística têm em comum a ideia de que é possível comparar e

¹ Esse artigo foi publicado em francês como um capítulo na obra “*Prouver et gouverner.*” (Desrosières, 2014b).



“comensurar” cidadãos. O princípio da igualdade originado na Revolução Francesa é primeiramente de caráter jurídico. No século XIX: um homem, um voto. Mas as mulheres estavam excluídas, não comensuráveis. Naquela época, pesquisas (*surveys*) de orçamentos domésticos e de condições de vida, realizados por Frédéric Le Play, abrangiam apenas as classes populares. Permanecia impensável entrevistar integrantes da burguesia e compará-los a trabalhadores (Desrosières, 2003). Então, no século XX, a condição de igualdade se tornou uma condição social: pesquisas (*surveys*) estatísticas compararam grupos sociais, homens e mulheres. A extensão dos direitos sociais e de sistemas de proteção social esteve ligada à extensão da gama de questões que poderiam ser objeto de levantamento estatístico.

O historiador estadunidense Ted Porter analisou esse recurso aos argumentos estatísticos ao falar, paradoxalmente, em instrumentos da fraqueza (Porter, 1995). A estatística de fato é frequentemente apresentada como um instrumento do poder, de modo a sugerir, de acordo com o raciocínio clássico, que as classes dominantes direcionam a produção estatística para servir a seus interesses. Porter sugere, ao contrário, que a hegemonia das classes tradicionais é comumente baseada em evidências implícitas, não questionadas, percebidas como “naturais”. A argumentação estatística é então apresentada por grupos dominados para quebrar a ordem antiga e dar visibilidade à injustiça. Mais precisamente, muitas vezes (mas nem sempre) esse recurso é adotado pela fração dominada da classe dominante, a classe média com maior grau de instrução, dotada dos recursos para construir tais argumentos.

A primeira onda de criação de institutos de estatísticas públicas ocorreu entre os anos de 1830 e 1860, sob o impulso do belga Adolphe Quetelet. Tais estatísticas compreendiam, por um lado, censos da população, e por outro, compilações de registros administrativos do funcionalismo público (nascimentos, casamentos, mortalidade, morbidade, suicídios) e do sistema judicial (crimes e delitos). Quetelet interpretou essas primeiras estatísticas em termos do *homem médio* e da regularidade de fenômenos sociais como crimes e suicídios. Estas contribuíram para disseminar a ideia de que as sociedades podem ser analisadas em termos globais, macrossociais, de modo relativamente independente do comportamento dos indivíduos. Essa ideia pode ser usada desde uma perspectiva conservadora (nada pode ser mudado), mas também em perspectiva crítica: se as relações sociais são independentes da possível boa vontade dos poderosos, é o sistema inteiro que deve ser mudado. E é precisamente nesses termos que



Marx raciocinava, e depois os socialistas: não são os capitalistas que devem ser mudados, mas o capitalismo em si. De fato, Marx e Engels fizeram amplo uso das estatísticas sobre manufaturas a seu tempo para analisar e criticar o capitalismo.

A segunda grande onda de desenvolvimento estatístico esteve ligada à grande crise social e econômica de 1870 a 1890. Na Inglaterra, duas interpretações muito distintas da crise foram apresentadas de maneira mutuamente contraposta: A primeira, vinda da biologia, se apoiava em argumentos estatísticos ligados à suposta hereditariedade das aptidões, e promovia políticas eugenistas². A segunda, mais sociológica, fornecia descrições das condições de vida da classe trabalhadora baseada em pesquisas (*surveys*) estatísticas fomentando o projeto de reformadores sociais e o movimento dos trabalhadores (Béatrice e Sidney Webb, Beveridge). Na Alemanha, sindicatos de trabalhadores organizavam grandes levantamentos (*surveys*) sobre salários e emprego³. Na França, uma tradição mais antiga de levantamentos (*surveys*) sobre orçamento doméstico de trabalhadores já tinha sido iniciada por Frédéric Le Play, um engenheiro católico conservador. Ele culpava o trabalho assalariado capitalista por ter desenraizado os trabalhadores de suas antigas solidariedades tradicionais e familiares. Essa crítica, embora vinda de um meio conservador alérgico à Revolução Francesa, gerou um movimento de levantamentos (*surveys*) e reformas sociais. O Museu Social (*Musée Social*) de Paris é o avatar destes⁴.

2 No começo do século XX, estatísticas centradas no trabalho

A crise ao final do século XIX foi um momento de reorientação das estatísticas públicas para questões de trabalho, emprego e desemprego. Na França, a Agência do trabalho (a origem do atual *Mistère du travail*) foi criado em 1891, absorvendo o antigo *statistique générale de la France (SGF)*. Militantes em sindicatos de trabalhadores, como Fernand Pelloutier, colaboraram com essas agências. Ele insistiu “no uso de ferramentas

² De um modo que hoje é surpreendente, essa moldura “cientificista” de entendimento foi apoiada por numerosos socialistas, e teve ecos até mesmo na União Soviética dos anos 1920 e 1930 (Kevles, 1995)

³ Maurice Halbwachs (1913) fazia amplo uso (e elogiaria) tais levantamentos (*surveys*) em sua tese intitulada *A classe trabalhadora e seu padrão de vida (The working class and its standard of living)*.

⁴ Esse museu pouco conhecido tornou-se importante lugar de conservação da memória do movimento trabalhista e de sua pesquisa, liderada por Colette Chambelland e Françoise Blum (Horne, 2004). [N.dos T.: Desrosières fazia remissão à página eletrônica do domínio *cedias.org*, atualmente indisponível]



estatísticas que permitissem aos trabalhadores em sociedades pós-capitalistas não somente gerenciar as necessidades, mas também controlar e organizar a troca de bens.”⁵ A estatística é frequentemente encarada como indissociável do Estado (ainda que pela etimologia da palavra, a ciência do Estado). A ideia que ela pode desempenhar importante papel na organização de uma sociedade pós-capitalista é ainda assim mencionada muitas vezes nos textos dos militantes federalistas libertários (*a priori* hostis ao Estado centralizado), como mostrado por um texto programático detalhado da Federação anarquista publicado em 1934, e republicado diversas vezes depois disso (Besnard, 1934).⁶ Isso sugere que a estatística pode intervir de duas maneiras diferentes nas atividades e projetos dos movimentos sociais. Por um lado, ela fornece argumentos para contestar as injustiças sociais. Por outro lado, ela é vista como ferramenta para organizar a produção e as trocas em uma possível sociedade pós-capitalista⁷, com participação na possibilidade, considerada por Michel Foucault, de uma “governabilidade socialista.”

Nos principais países industrializados, as respostas para a crise ao final do século XIX foram direcionadas principalmente para a organização e proteção do mercado de trabalho, e para estabelecer os primeiros elementos do que depois viria a ser o estado de bem-estar social: aposentadoria para trabalhadores idosos, seguro-desemprego, seguridade social. As agências estatísticas foram então organizadas em torno da questão do trabalho. O *Bureau international du travail* (BIT) foi criado em Genebra em 1920. Sindicatos de trabalhadores desempenharam um papel nele. Foram criados levantamentos (*surveys*) sobre o orçamento das famílias de trabalhadores e sobre os preços dos bens consumidos por elas. O posicionamento das relações sociais em formato estatístico fornece uma linguagem para expressar demandas, e para negociações decorrentes do conflito de classes. Essa linguagem estatística foi encarada, após 1945, como símbolo de relações sociais “apaziguadas”, fundadas na razão e “percepções compartilhadas” baseadas em estatísticas, e não nas paixões ou na violência.

Mas o sucesso do argumento estatístico depende fortemente da legitimidade das instituições que fornecem as informações nas quais ele se assenta. Uma possibilidade é

⁵ Fonte sobre Pelloutier no site libertário: (Fernand Pelloutier, [s.d.])

⁶ Esse papel da estatística em uma organização federalista libertária foi também apresentado em 1946 por Pierre Besnard. [N.dos T.: Desrosières fazia remissão à página eletrônica do domínio *monde-nouveau.net*, atualmente indisponível]

⁷A (trágica) transição da estatística feita para uma sociedade capitalista para outro arranjo em uma sociedade planificada é finamente analisada, no caso da União Soviética dos anos 1920 e 1930, por Martine Mespoulet (2001).



que estas sejam vistas como “incontestáveis”, e de que haja consenso quanto aos próprios elementos de desacordo, por exemplo, no caso de demandas por aumentos salariais para compensar o aumento do nível de preços. Outra possibilidade, ao contrário, consiste no questionamento do instrumento em si, como foi o caso da mensuração de bens de consumo cujas variações de preço são acompanhadas por índices de preços, ou ao medir mudanças na qualidade desses bens. Como pode ser visto a partir desses exemplos, a crítica pode ser “reformista”, e levar a “números acima de qualquer questionamento”, ou, em contraste, ser mais ou menos “radical”, e recusar os cálculos dos instrumentos que são empregados, ou ainda mais além, ao recusar até mesmo a utilização desses instrumentos para expressar relações de classe. A sociologia desses usos críticos da estatística deve levar em consideração toda essa paleta de usos e não-usos dessa espécie de argumento, e o comportamento dos atores, no contexto, entre o uso e a recusa do argumento estatístico.⁸

Para que uma estatística desempenhe seu papel social como referência neutra, acima dos conflitos de grupos sociais, ela precisa ser instituída, garantida por procedimentos democráticos, eles mesmos considerados legítimos. Nesse ponto ela pode contribuir para construir a realidade e não apenas refletir a realidade. Essa ideia não é relativista, no sentido de que ela não nega a existência de inflação ou desemprego. Mas ela chama a atenção para o fato de que a inflação e o desemprego podem ser pensados, expressos, definidos e quantificados de muitos modos, e que as diferenças entre esses modos de fazer não são simples detalhes técnicos, mas que sempre têm significados históricos, políticos e sociológicos. Momentos de inovação ocorrem quando os atores sociais criticam formas antigas de quantificação, e contrapõem-nas às novas formas, gerando dúvidas e controvérsias. Mas nem sempre o sucesso dessas empreitadas é garantido. Depende não somente da precisão da crítica, mas também da força das redes sociais que podem ou não apoiar essas inovações.

Nós examinaremos cinco casos que contaram com tais debates: inflação, desemprego, pobreza, PIB, e clima. Em cada um desses casos, o ato de quantificar, e o modo de fazê-lo, começou a ser discutido e questionado por movimentos críticos que promoviam novas formas de pensar as relações sociais. Porém, se as inovações propostas

⁸ Um estudo detalhado dessa situação conflituosa, em que o argumento estatístico é, ao mesmo tempo, apresentado e contestado, é fornecido por Boris Samuel (2012), sobre o conflito da “Pwofitasyon” em Guadalupe em 2009.



por esses movimentos críticos tiveram o efeito de provocar reflexão e debate, ao colocar em xeque o caráter evidente dos indicadores estatísticos institucionalizados, foi bem mais raro que tais novas proposições adquirissem visibilidade comparável à desfrutada pelos primeiros. Nós iremos, ainda assim, citar dois casos nos quais a inovação, carregando significações políticas muito diferentes (senão contrapostas), tiveram um importante impacto: a explosão da desigualdade de renda, e o sucesso midiático dos rankings de universidades.

3 As críticas resilientes sobre os índices de preços

O índice de preços ao consumidor é uma das estatísticas para as quais tais controvérsias foram mais numerosas. Seu princípio é seguir o percurso temporal de alguns bens e serviços, e tirar uma “média ponderada” dessas mudanças. A média pode ser usada para indexar salários, ou no mínimo para fornecer argumentos para trabalhadores que queiram se proteger da inflação. Sim, mas: como se devem escolher os bens de consumo a acompanhar? Consumidos por quem? (trabalhadores, classes de baixa renda, toda a força de trabalho assalariada, todo mundo?), como a média deve ser calculada? Qual sistema de atribuição de pesos utilizar? Os bens selecionados são realmente idênticos ou comparáveis no decorrer do período? Todas essas questões surgem durante os debates técnicos e políticos.

Primeiro exemplo: até o início dos anos 1950, o conteúdo da “cesta de bens” utilizada era *negociado* por sindicatos e patrões. Os primeiros raciocinavam em termos de suas *necessidades*, uma lista e quantidade de bens mínimos, indispensáveis, de acordo com eles, para a reprodução da força de trabalho, dos trabalhadores e de suas famílias. Esse índice era chamado de *normativo*, porque aparentava implicar julgamentos de valor: devem cigarros e bebidas alcóolicas ser incluídos? Esses primeiros debates foram deixados para trás tão logo os estatísticos foram capazes de produzir “levantamentos de orçamentos”, abrangendo o consumo *real*, quer de trabalhadores e empregados, quer da população inteira. Esse índice era descritivo. Ainda assim, permaneceu a questão: que população? Por muito tempo um índice foi publicado somente para trabalhadores e empregados. No começo dos anos 1980, esse caráter de “classe” dos índices desapareceu parcialmente, para reaparecer nitidamente a partir dos anos 2000, quando o índice foi



novamente criticado e acusado de não mais “refletir a realidade”, especialmente desde a transição para o Euro. Nesse momento, diferentes índices atrelados a categorias sócio-profissionais foram novamente propostos.

O consenso sobre o método usado para o índice descritivo não era, porém, completo, uma vez que a *CGT* (o mais forte sindicato de trabalhadores na França) publicava um índice distinto, ao menos até que a inflação deixasse de ser muito acentuada, isso é, até os anos 1980. Naquele momento, o problema do desemprego era mais premente. Além disso, a questão do índice normativo não desapareceu completamente, uma vez que, por volta de 1990, a lei contra o fumo, que pretendia aplicar fortes altas de preços nos cigarros, sugeria a remoção de fumígenos do índice de preços, para evitar o efeito inflacionário. Diante de protestos, prudentemente foi tomada a decisão de publicar dois índices, um a *incluir*, e outro a *excluir* cigarros, deixando a gerentes e sindicatos a escolha de qual utilizar.

Sindicatos de trabalhadores levantaram outra crítica já no início dos anos 1970: a do “efeito de qualidade”. Um dos pivôs da dinâmica competitiva do capitalismo é a criação de novos produtos, resultando ou não em “novos” serviços, e cujos preços são, evidentemente, diferentes de antigos produtos. Os últimos podem, em alguns casos, pura e simplesmente desaparecer. Isso compromete o princípio do funcionamento do índice, para o qual se espera seguir produtos idênticos em um período. Mais profundamente, isso também apresenta o problema das “necessidades”. Quem define o que é verdadeiramente “necessário”? O movimento ecológico, preocupado com a sobrevivência do planeta, apresenta essas questões em termos radicalmente novos, levando em conta a exaustão dos recursos e as emissões de gases do efeito estufa. Essa nova onda de críticas gerou um tipo completamente novo de estatísticas.

4 Desemprego e pobreza: as dificuldades de mudar o olhar institucionalizado

Com início no final da década de 1970, o desemprego se tornou um grave problema. Sua quantificação tinha se apoiado, por muito tempo, em duas fontes diferentes. Um levantamento por amostragem usava a definição de desemprego da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), sustentada em três “condições”. Uma pessoa desempregada é “alguém que 1) está sem emprego; 2) está procurando emprego



ativamente, e 3) está imediatamente disponível para trabalhar.” Dependendo do período, esse levantamento ocorreu anualmente, e então a cada trimestre. As outras duas fontes eram provenientes do número de matrículas encontrados nos arquivos da *Agência nacional de empregos (ANE) (Agence nationale pour l’emploi - ANPE - que se tornou Pôle Emploi em 2008)*. Essa fonte era mensal. As estatísticas de desemprego eram seguidas de perto e esperadas pelo mundo político, por atores sociais e econômicos, e pela imprensa. Mesmo que a “qualidade” dos dados sobre matrículas fosse avaliada como ruim, sua frequência mensal lhe conferia uma vantagem decisiva. Uma das manobras mais frequentes das estatísticas de desemprego (os detalhes das quais não desenvolveremos aqui⁹) é amparada nos modos de articular essas duas fontes, para beneficiar-se da qualidade e pertinência de uma, e da frequência mensal de outra.

Ambas as fontes dão margem a muitas possibilidades de críticas porque a própria noção de desemprego é altamente sujeita a debate, e portanto sua quantificação também (o que não quer dizer que o desemprego não exista). Sobre as “três condições da OIT”: 1) o que dizer do emprego de curtíssimo tempo (uma hora por semana?); 2) cadastrar-se na Agência de empregos é considerado uma “procura ativa” por emprego? (isso é debatido); 3) uma pessoa está “disponível” se está doente ou confinada? (isso também é debatido). Os arquivos da ANE listam ao menos oito categorias de desemprego, total ou parcial: quais devem ser incluídas? (isso é debatido). De toda forma, o método usado para calcular o “número oficial” anunciado a cada mês no telejornal noturno é ferrenhamente criticado pelos sindicatos de trabalhadores. A maleabilidade relativa da definição de desemprego fomenta suspeitas, sempre presentes, de manipulações governamentais.

O que importa para nossas considerações é que, durante uma controvérsia particularmente acirrada no primeiro semestre de 2007, um grupo de pesquisadores e ativistas tentou escapar desse debate repetitivo e propor outro modo de usar essas fontes. Esse grupo fez pressão por “outros números do desemprego” (“*Autres chiffres du chômage*” (ACDC em francês)¹⁰). E assim se apresenta:

Para além das atuais controvérsias, a busca de um “número real do desemprego” é vã, porque há diversas situações de desemprego, ou de subemprego, e de precariedade, que devem ser iluminadas por um pequeno

⁹ Uma síntese clara e acessível é fornecida em uma nota do *Centre national de documentation pédagogique (CNDP)*. [N.dos T.: Desrosières fazia remissão à página eletrônica do domínio *cndp.fr*, atualmente indisponível]

¹⁰ A atividade do grupo dos ACDC está bem caracterizada em uma nota escrita por Juliette Raynal, do *Institut pour le développement de l’information économique et sociale (IDIES)*. [N.dos T.: Desrosières fazia remissão à página eletrônica do domínio *idies.org*. Embora o domínio esteja ativo ao tempo da tradução, a página referenciada pelo autor já não existe mais]



número de indicadores pertinentes. Com esse enfoque, nós apresentamos aqui a primeira estimativa, no caso francês, do número de desempregados que estão subempregados ou com emprego inadequado, no sentido da OIT. (Autres Chiffres du Chômage, 2012)

Portanto, os ACDC rejeitam a noção de um “número real do desemprego”, e propõem que outra categoria, mais ampla, seja quantificada. A ideia é ousada, mas ousada em excesso, considerando-se o estágio do debate no momento em que foi proposta. A noção de desemprego está fortemente inscrita nos debates sociais desde ao menos a década de 1930 (Salais *et alii*, 1986), em conjunto com a institucionalização do trabalho assalariado, no decorrer do século XX. O que os ACDC demandam significa levar em conta a desinstitucionalização do trabalho assalariado, que se acelerou a partir dos anos 1980, e medir as suas consequências pela apresentação de um novo indicador estatístico. Mas para serem bem-sucedidos nessa empreitada ambiciosa, os ACDC têm que ter uma rede muito mais significativa de aliados científicos, políticos e administrativos. O salto que propuseram é de uma natureza completamente diversa das denúncias rituais de manipulações grosseiras feitas por políticos.

A quantificação da pobreza levantou o mesmo tipo de debate e propostas alternativas. Em termos clássicos, nos países europeus, a taxa de pobreza chamada de “relativa” é avaliada com base na parcela de domicílios cuja renda é inferior à metade da mediana da distribuição das rendas. Em muitos outros países, a taxa de pobreza chamada de “absoluta” é fixada com base num patamar de renda monetária (por exemplo, um dólar por dia). Sem retomar os debates sobre os significados muito diversos dessas duas medidas, numerosos críticos observaram que essas taxas de pobreza são muito pobres para expressar a complexidade do fenômeno da pobreza. Essas questões foram debatidas no âmbito do *Conselho Nacional de Informação Estatística (CNIE)* (em francês: *Conseil national de l'information statistique*), um órgão conjunto de aconselhamento no qual programas de pesquisa de serviços públicos de estatística são apresentados e discutidos.

Entre 2004 e 2007, muitas reflexões foram encaminhadas no CNIE, em razão da demanda de ativistas, incluindo alguns dos participantes da “rede de alerta contras as desigualdades” (“*Réseau d'alerte contre les inégalités*” (RAI), em francês) (Sujobert, 2012). Esse grupo tinha proposto, em 2002, um indicador anual, um “indicador de desigualdades e de pobreza”¹¹, que por sua vez consistia numa síntese de cinquenta e oito

¹¹ [N.dos T.: Desrosières fazia remissão à página eletrônica do domínio *bip40.org* que, no entanto, já



séries estatísticas, abrangendo seis dimensões de desigualdade e pobreza: trabalho, renda, moradia, educação, saúde e justiça. Esse indicador teve o mesmo destino que as proposições de ACDC, por razões análogas. Apesar do importante trabalho de primeiramente construir esses indicadores, e então torná-los conhecidos, os políticos e os maiores veículos da imprensa não os utilizaram muito, e sua publicação parece ter cessado desde 2005.

Apesar disso, esses dois fracassos parciais são também sucessos parciais. Eles provocaram numerosas discussões instrutivas. Nascidos do trabalho voluntário exigente, elas perderam fôlego porque nenhuma instituição acadêmica ou administrativa os assumiu. Essas experiências mostram, contrariamente, a extensão em que as estatísticas públicas constituem a realidade, e, nesses termos, podem ser comparadas com uma Constituição. Elas são o produto da sociedade acertando contas consigo mesma, e incorporam o estado das relações sociais em um dado momento. Isso não significa que tais estatísticas sejam pura e simplesmente a expressão de grupos dominantes (como foi dito no passado). No lugar disso, elas formalizam uma configuração histórica dessas relações, ao reduzir, simplificar, e estilizá-las através de longas e complicadas mediações, segundo formas que são difíceis de desfazer e de alterar. Isso foi demonstrado pelo projeto de ACDC e PIB40, e ainda, como veremos, pelas críticas ecológicas ao Produto Interno Bruto (PIB) que propõem modos alternativos de quantificar os estados econômico, social e ambiental da sociedade, ao construir “outros indicadores da riqueza.”

5 Propostas alternativas: tentativas e sucessos

Quais são as condições para que uma inovação estatística seja bem-sucedida? Não basta que seja tecnicamente inovadora. Por um lado, ela precisa corresponder a novos modos de pensar e organizar as relações sociais, que, por sua vez, ela contribui para tornar existentes. Por outro lado, uma rede de inovadores deve encontrar aliados suficientes para difundi-la. A primeira leitura é macro-histórica. A segunda é mais micro-sociológica. Mas as duas não se excluem mutuamente. Podemos examinar quatro exemplos altamente contrastantes, com alcance social e político muito distinto: a difusão das contas

não remete à *Réseau d'alerte contre les inégalités*, mas a uma propaganda de cassinos.]



nacionais na França nos anos 1950 e 1960, tentativas de criticar o PIB nos anos 2000, a mensuração da evolução relativa do 1% dos domicílios mais ricos, e o chamado ranking “Shangai” de universidades.

O PIB foi inventado em 1950 como parte de uma construção mais ampla e complexa, a do equilíbrio das contas nacionais. Esta última buscou aplicar políticas macroeconômicas keynesianas. A história dessa criação está bem documentada por três relatos complementares, que apresentam, como casos de livro-texto, as duas dimensões, macro-histórica e micro-sociológica. François Fourquet (1980) escreve um novo tipo de romance histórico do projeto de modernização do pós-guerra, centrado em entrevistas com seus principais protagonistas. Aude Terray (2002) descreve o contexto institucional dessa inovação. André Vanoli (2002), um dos principais atores, analisa detalhadamente sua gênese e conteúdo técnico. Seu fundador, Claude Gruson, dirigiu o *Instituto nacional de estatística e de estudos econômicos (Institut national de la statistique et des études économiques - INSEE)* de 1961 a 1967. A contabilidade nacional se tornou, a partir dos anos 1960, a moldura para organização da maior parte do sistema francês de estatísticas públicas.

O sucesso esteve vinculado ao fato de que a contabilidade nacional estava em sintonia com o modo de administrar a economia naquele tempo. Foi concebida no momento em que o Plano Marshall tinha contribuído para a reconstrução da França após a guerra. Forneceu uma linguagem *ad hoc*, por um lado, para a planificação de incentivos imaginada por Jean Monnet e, por outro lado, para a realização de equilíbrios macroeconômicos em termos keynesianos. Os três livros mencionados apresentam facetas complementares dessa história de sucesso, sobretudo no que diz respeito à pequena rede de personalidades que, às voltas com Jean Monnet, Pierre Massé, Claude Gruson e Andre Vanoli, estiveram em sua origem.

A relativa harmonia inicial ingressou em um período de crise a partir de 1975. Nesse momento, o crescimento desacelerou, a inflação e o desemprego cresceram simultaneamente, o que não era esperado pelos modelos anteriores. A teoria keynesiana foi desqualificada pela nova teoria das assim chamadas “expectativas racionais”. Essa última afirmava notavelmente que qualquer esforço para alterar o rumo dos equilíbrios macroeconômicos por meio da ação pública estava fadado ao fracasso, porquanto atores microeconômicos antecipariam seus efeitos, e tomariam decisões tendentes a cancelá-los. Essa inovação teórica contribuiu para a grande guinada rumo a políticas neoliberais,



que passaram a predominar a partir dos anos 1980 (Jobert *et alli*, 1994). Nesse momento, as ferramentas da contabilidade nacional estavam perdendo seu antigo brilho, mas assumindo um novo papel, porque, com início nos anos 1980, o PIB foi usado primeiramente para determinar o nível das contribuições nacionais para o orçamento da União Europeia, e especialmente como base para calcular as proporções definidas pelos “critérios do Tratado de Maastricht” de 1992. Isso mudou profundamente a natureza do agregado, que portanto deixou de ser uma peça num conjunto complexo construído em torno da “equação keynesiana” do equilíbrio macroeconômico global.

Então, nos anos 2000, o PIB mudou de status novamente. Dentro da moldura dos debates, iniciados notadamente pela crítica ecológica, sobre os perigos do produtivismo, a necessidade de transição para energias renováveis, e sobre o aquecimento global, ele se tornou um “indicador de riqueza”. Mas ficou isolado de seu contexto original, o plano geral de contas, coerente e balanceado. Desse ponto em diante, o PIB deveria expressar a saúde social e ambiental de uma nação. As críticas a ele eram ligadas a esse novo status e a esse novo papel (Cassiers, Thiry, 2009). Na conclusão de seu livro “sobre os indicadores da riqueza”, Jean Gadrey e Florence Jany-catrice (2005) fazem paralelo explícito entre o período atual e aquele dos anos 1950, quando houve o sucesso da contabilidade nacional de Gruson. Eles conclamam uma renovação igualmente significativa do sistema de informação econômica, que seria liderado por um vasto projeto ecológico, de amplitude comparável aos projetos modernizantes dos planejadores do pós-guerra. Essa comparação é interessante, porque levanta a questão das redes de alianças de todos os tipos que poderiam possibilitar esse projeto. Mesmo que nós o consideremos pertinente, a comparação sugere que esse possível projeto ainda está longe de provocar o mesmo consenso que ocorreu nos anos 1950 (notadamente em razão da crise de 2008). Esse breve paralelo entre dois momentos muito distintos mostra que o sucesso da crítica social expressa em linguagem estatística não pode se apoiar somente na justeza dos argumentos, mas depende amplamente da rede política e social na qual está inserida.

Em sentido contrário, podemos considerar o caso de duas inovações, muito diferentes em sua natureza e alcance político, que ainda assim tiveram importante impacto nos anos 2000. Uma é a rápida difusão de referências ao “ranking de universidades”, baseado naquele da Universidade de Shangai, em 2003. A difusão do gerenciamento baseado em *benchmarking*, quer dizer, uma competição permanente



baseada em indicadores quantitativos, transformou profundamente as práticas nas universidades, ao unificá-las em torno de um só objetivo: ascender nos rankings de Shanghai (Espeland e Sauder, 2007; Bruno, 2008). Uma análise sociológica dessa transformação rápida teria duas facetas. Uma, micro-sociológica, seguiria a trajetória da inovação, começando na China, seus atores, seus vetores, suas retraduições de um continente a outro. A outro, mais macro-sociológica, analisaria como essa inovação foi coerente com a guinada neoliberal simbolizada pelo “consenso de Washington”, estabelecido sobre o livre comércio e a competição generalizada a uma escala global.

A outra inovação com sucesso espetacular pode ser vista como o lado sombrio da globalização neoliberal, quer dizer, a explosão das desigualdades, com vertiginoso enriquecimento das classes dominantes que já eram ricas. Aproximadamente no mesmo momento, a ideia de Thomas Piketty e de certos pesquisadores estadunidenses foi simples e original. Em vez de descrever a distribuição das rendas como era feito no passado, por meio de decis (aumentos de 10%), eles “ampliaram o zoom” para focalizar o percentil mais rico (1%), e mesmo por mil (1 por 1000) e por dez mil (1 por 10.000) (Landais, 2007). Assim eles deram visibilidade ao fato de que uma parcela muito pequena da população, participantes do afamado comércio global, monopolizaram todos os lucros, e portanto se separaram completamente do restante do mundo. Isso foi traduzido pelo slogan dos “revoltados” do movimento *Occupy Wall Street*: “Nós somos os 99%” (Contretemps, 2012). Em perspectiva micro-sociológica, nós podemos reconstruir a trajetória que vai do trabalho de Piketty ao slogan em Nova York¹². O sucesso dessa inovação aparentemente simples é representativo das tensões cada vez mais explosivas engendradas pela globalização.

Tradução:

Hugo Luís Pena Ferreira, Universidade Federal de Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: hugopena@ufj.edu.br

Helga Maria Martins de Paula, Universidade Federal de Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: helgamartinsdepaula@ufj.edu.br

¹² Agradecimentos a Cécile Brousse por ter reconstruído a linhagem que vai da pesquisa universitária à esfera política.



Referências bibliográficas

AUTRES CHIFFRES DU CHÔMAGE. 2012. Disponível em: <http://acdc2007.free.fr/> . Acesso em: 2 out. 2022

BESNARD, P. Le monde nouveau: Organisation d'une société anarchiste. Paris: Fédération anarchiste, 1934.

BRUNO, I. *A vos marques, prêts...cherchez!* La stratégie européenne de Lisbonne, vers un marché de la recherche. Paris: Editions du croquant, 2008.

CASSIERS, I.; THIRY, G. "Au delà du PIB : réconcilier ce qui compte et ce que l'on compte". *Regards économiques*, v. 75, p. 1-15, 2009.

CONTRETEMPS. *Indignés: d'Athènes à Wall Street, échos d'une insurrection des consciences*. Paris: La Découverte/Zones, 2012.

DESROSIÈRES, Alain. "Du travail à la consommation : l'évolution des usages des enquêtes sur le budget des familles". *Journal de la Société française de statistique*, 1-2, 75-11, 2003.

DESROSIÈRES, Alain. *Prouver et gouverner: une analyse politique des statistiques publiques*. Tradução de Hippolyte Goux. Paris: La Découverte, 2014b, pp. 70-84.

DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. *Partecipazione e conflitto*, v. 7, n. 2, p. 348-359, 2014a.

ESPELAND, W.; SAUDER M. Rankings and reactivity: How public measures recreate social worlds. *American journal of sociology*, v. 113, n. 1, p. 1-40, 2007.

FERNAND PELLOUTIER [s.d.] Disponível em: <http://cnteducation30.free.fr/historiquefernand.htm>. Acesso em: 2 out. 2022

FOURQUET, F. *Les comptes de puissance: Histoire de la comptabilité nationale et du Plan*. Paris: Encres/Recherches, 1980

GADREY, J., JANY-CATRICE, F., *Les nouveaux indicateurs de richesse*. Paris: La Découverte/Poche, 2005.

HACKING, I. *The Social Construction of What?* Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HALBWACHS, M. *La classe ouvrière et les niveaux de vie*. Paris: Alcan, 1913.

HORNE, J. *Le Musée social: Aux origines de l'Etat providence*. Paris: Belin, 2004.

JOBERT, B. et al. *Le tournant néo-libéral en Europe: idées et recettes dans les pratiques gouvernementales*. Paris: Harmattan, 1994.

KEVLES, D. J. *Au nom de l'eugénisme: génétique et politique dans le monde anglo-saxon*, Paris: PUF, 1995.



LANDAIS, C. Les hauts revenus en France (1998-2006) : Une explosion des inégalités ?, Document de Travail de l'École économique de Paris, 2007. Disponível em: <https://static.politis.fr/medias/blogs/2009/07/scandale-de-la-remuneration-des-dirigeants-largent-roi-est-sauf-7661/landais-etude-inegalites.pdf> . Acesso em: 02 out. 2022.

MESPOULET, M. *Statistique et révolution en Russie: un compromis impossible (1880-1930)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.

PORTER, T. *Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

SALAI, R. et al. *L'invention du chômage: histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980*. Paris: PUF, 1986.

SAMUEL, B. La crise de 2009 en Guadeloupe: le rôle des statistiques dans le dialogue social, Focales 11, Sciences Po, CERI, AFD, 2012. Disponível em: <http://www.afd.fr/webdav/site/afd/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/Focales/11-Focales.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022

SUJOBERT, B. "La société peut-elle intervenir sur le programme de la statistique publique ? Le CNIS en tant que lieu et outil d'élaboration et de confrontation des attentes sociales et des projets de la statistique publique". Communication au séminaire EHESS "Politique des statistiques". 6. mar. 2012.

TERRAY, A. *Des francs-tireurs aux experts: l'organisation de la prévision économique au ministère des finances, 1948-1968*. Paris: Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2002.

VANOLI, A. *Une histoire de la comptabilité nationale*. Paris: La Découverte, 2002.

Sobre o autor

Alain Desrosières

(1940-2013). Foi sociólogo, estatístico e historiador. Professor da *École des hautes études en sciences sociales*. Seus estudos contribuíram para a formação do campo da Sociologia da Quantificação.

